

Para indústria, é hora de
Mercosul
Geografia

decisão sobre futuro do

Enviado por: _clsochascki@seed.pr.gov.br

Postado em:22/08/2013

Por Agência Senado A possibilidade de flexibilização das regras do Mercosul, com a transformação do bloco em um acordo de livre comércio, foi o principal tema discutido durante audiência pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) nesta terça-feira (20). Enquanto representantes da indústria vêem como opção o fim da união aduaneira, defensores do bloco acreditam que a medida seria “um passo para trás”. O debate sobre a função do Mercosul é antigo. Hoje, o bloco é uma união aduaneira, em que, além do fim de barreiras comerciais entre os membros do grupo, presente nos acordos de livre comércio, há a aplicação de uma Tarifa Externa Comum (TEC) ao comércio com terceiros países. As exceções a essa tarifa comum, que no Mercosul são várias, foram um dos pontos criticados pelos debatedores. - Há um excesso de exceções e perfurações na tarifa. Não é crível, não é respeitável que tenhamos uma união aduaneira com tarifa externa comum com algo de 20 a 30 % das nomenclaturas, senão mais, com tarifas de exceção para um ou para outro país – afirmou o diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Giannetti da Fonseca. Outra dificuldade apontada pelos participantes da audiência é a falta de estabilidade das regras, que cria insegurança no bloco. Para o diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Augusto Coelho Fernandes, a estabilidade de regras é o primeiro ponto a ser observado em qualquer processo de integração. Como exemplo, os debatedores citaram regras não-tarifárias impostas pela Argentina, que fazem com que produtos brasileiros fiquem parados na aduana do país vizinho, queixa repetida pela senadora Ana Amélia (PP-RS). Outro ponto lembrado na audiência foi a entrada da Venezuela no bloco, feita sem a participação do Paraguai, que passava por um momento de instabilidade. - Na nossa visão, o Mercosul está sob tensão. Temos um conjunto acima da média de contenciosos comerciais, alguma insegurança institucional no campo político e processos de adesão com regras frágeis, não muito claras, como foi o caso da própria Venezuela – enumerou Coelho, que citou também as diferenças na agenda econômica dos países do bloco. O presidente da comissão, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), também demonstrou preocupação com a condução da política econômica da Argentina, que tem “desafiado a lei da gravidade” e que poderia trazer consequências negativas para o Brasil. Acordos bilaterais Para Coelho, os acordos entre países de fora do Mercosul não explicam, sozinhos, a perda de mercado do Brasil, mas têm um peso que precisa ser avaliado no processo de exclusão do país do comércio global. Por esse motivo, o representante da CNI afirmou que o Brasil precisa testar o grau de flexibilização do Mercosul, opinião seguida pelo representante da Fiesp. Na opinião de Gianetti da Fonseca, o Mercosul continua sendo importante para o Brasil, mas está estagnado e acaba impondo ao país um declínio em relação a outros blocos do mundo, que criam preferências tarifárias entre si. - A posição da Fiesp é a seguinte: ou nós conseguimos fazer negociações bilaterais com velocidades diferentes, dando a oportunidade aos outros membros do Mercosul de nos acompanharem se quiserem, ou vamos, de uma vez, ter a coragem de adotar que o Mercosul não pode ser uma união aduaneira, como não é, e trazê-lo à realidade de um acordo

de livre comércio. O embaixador Clodoaldo Huguene, consultor de Assuntos Internacionais da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, disse não ver contradição entre uma união aduaneira e um princípio de negociação em separado. - Eu acho que é perfeitamente possível, caso um sócio não tenha condições de acompanhar, no momento, a negociação, tentar iniciar a negociação e depois dar oportunidade para que outros se juntem ao processo negociador. Huguene disse considerar que o fato de o Brasil ter mercado para seus produtos manufaturados no Mercosul é importante, mas cria uma dependência e faz com que o país não busque mercados mais competitivos, que forçariam um aprimoramento da produção industrial brasileira. O alto representante-geral do Mercosul, Ivan Ramalho, defendeu soluções negociadas sem “andar para trás”. Para ele, é preciso lembrar que as negociações individuais também serão possíveis aos outros países do bloco, que podem deixar de comprar do Brasil. - Se nós deixarmos de ser união aduaneira e passarmos ser área de livre comércio, vamos estar dando um passo importante para trás e enfraquecendo bastante o Mercosul - afirmou Ramalho, que defendeu as negociações com a União Europeia, mas em bloco. Apesar de concordar sobre os prejuízos que o fim da união aduaneira poderiam trazer ao Brasil, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) não demonstrou acreditar na possibilidade de sucesso em um acordo com a União Europeia. Para ele, a crise econômica faz com que a Europa busque consumidores. - Que acordo bilateral nós vamos conseguir fazer com esses países, que dependem, neste momento específico, brutal e unicamente, da possibilidade de exportação para esse mercado latinoamericano? – questionou. Esta notícia foi publicada no site www12.senado.gov.br em 20/08/2013. Todas as informações contidas são de responsabilidade do autor.